

SUBJETIVAÇÃO COMO PRODUÇÃO CULTURAL: FAZENDO UMA OUTRA PSICOLOGIA

Inês Hennigen

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Este artigo traz algumas reflexões acerca do processo de subjetivação na contemporaneidade. Discuto e problematizo aqui três pontos que considero importantes: os lugares da mídia neste processo; a prevalência, nos produtos da mídia, daquilo que se poderia chamar de representações hegemônicas, as implicações disso e a necessidade de se trabalhar pensando nas diferenças; por fim, o espaço que a Psicologia tem ocupado na produção das subjetividades e a possibilidade de uma outra Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; discurso; modos de subjetivação; diferenças; Psicologia.

SUBJECTIVATION AS CULTURAL PRODUCTION: BUILDING ANOTHER PSYCHOLOGY

ABSTRACT: This article brings some reflections regarding the subjectivation process in the contemporary world. Here I argue and debate three points that I consider important: the roles of the media in this process; the prevalence, in the products of the media, of what could be called hegemonic representations, its implications, and the need of working thinking about the differences. Finally, the space that Psychology has occupied in subjectivity production and the possibility of another Psychology.

KEYWORDS: media; discourses; subjectivation ways; differences; Psychology.

Mídia e Produção de Modos de Subjetivação

As análises da contemporaneidade dificilmente deixam de apontar o *boom* das tecnologias da comunicação e a centralidade que os produtos midiáticos adquiriram em nosso tempo. Acreditando que a mídia é uma das instâncias sociais importantes para o processo de subjetivação, em minha Tese (Hennigen, 2004), analisei materiais de televisão, jornais e revistas para conhecer os discursos sobre a paternidade e refletir acerca da sua implicação na constituição subjetiva. Neste artigo, empreendo uma discussão teórica do tema mídia e subjetivação, ressaltando o fato de que ela oferece, predominantemente, representações hegemônicas como mote para problematizar a questão das diferenças e a forma como a Psicologia tem contribuído para que certos “modelos de ser” sejam produzidos e circulem socialmente.

Na contemporaneidade, propõe Veiga-Neto (2003) com base na leitura deleuziana de Foucault, está processando-se uma mudança social importante: estamos sendo menos uma sociedade disciplinar e mais uma sociedade de controle:

Uma das conseqüências mais marcantes de tal mudança se manifesta nas formas pelas quais nos subjetivamos: de uma subjetivação em que a disciplinaridade é central (...) está-se passando para uma subjetivação aberta e continuada – na qual o que mais conta são os fluxos permanentes que, espalhando-se por todas as práticas e instâncias sociais, nos ativam, nos fazem participar e nos mantêm sob controle (p.140).

Os modos de ser não se engendram mais predominantemente a partir de instituições específicas, como escola e família, mas a partir de dispositivos dispersos no tecido social. As estratégias e técnicas de governo, por seu caráter sutil, indireto e plural, subjetivam-nos sem que nos apercebamos da sua atuação.

Neste sentido, as articulações entre cultura, discurso e produção subjetiva, desenvolvidas no campo dos Estudos Culturais, mostram-se valiosas: a cultura é compreendida como prática de significação e o mundo social concebido como construído discursivamente. Os discursos constituem-se como redes de significações e são tomados pelos sujeitos para se auto-interpretar, e, assim, acabam por produzi-los. A interpelação acontece quando o sujeito se reconhece a partir dos discursos. Ele os toma como algo que lhe diz respeito, identifica-se e produz-se como um sujeito daquele modo, compreende e explica a si e ao mundo a partir daquele regime de verdade.

Em sintonia com outros/as pensadores/as (Fischer, 2001; Kellner, 2001), acredito que a mídia – por sua extensão, formatação, penetração e por ser lugar de produção e circulação de variados discursos – constitui uma importante instância na produção subjetiva contemporânea, podendo ser pensada como uma autoridade. Como lembra Rose (2001), à singularidade do grande poder, a perspectiva foucaultiana opõe a heterogeneidade das autoridades. Assim, em uma análise das condições sociais, é importante diferenciar dispositivos, pessoas, coisas, modos de pensar que reivindicam e adquirem autoridade – ou aos quais se atribui autoridade. Este

autor também coloca que a relação com a autoridade varia, podendo ser de domínio, de pedagogia, e de sedução, conversão e exemplaridade.

A mídia processa discursos produzidos em múltiplos campos e re-utiliza saberes de outras autoridades. Em seus produtos impressos, a referência a especialistas é uma constante, o que confere credibilidade às notícias e posicionamentos veiculados. Nos produtos televisivos, a caracterização de personagens – como médico/a, educador/a – possibilita que se falem verdades (no sentido foucaultiano do termo) através deles. O próprio formato de produtos como novelas, que hoje não deixam de incluir questões de relevância social e/ou temas polêmicos (sobre os quais se trazem informações, esclarecimentos e orientações), proporciona a idéia de que a televisão fala – e *pode* falar, tem autoridade para tanto – sobre o nosso tempo e modos de ser.

Misto de relação pedagógica, de sedução e exemplaridade: a mídia nos ensina, cativa com sua (questionável) abertura para o novo e dá exemplos de formas de viver. Assim, lendo revistas e jornais, olhando televisão, aprendemos a ser, a conhecer o mundo, a atribuir valores, a pensar e a sentir de certas formas. E não de outras, pois a mídia *não mostra* o mundo por todos os ângulos.

O que se tem chamado discurso da mídia (Fischer, 1996) é marcado pela heterogeneidade e processamento de muitas vozes. Discursos que ganham espaços a partir das lutas pela imposição de sentidos (para estabelecer regimes de verdade), das disputas de poder que são imanentes às práticas de significação. Neste sentido, é na e pela cultura que se estabelecem divisões que implicam desigualdades, onde acontecem os embates políticos, onde se posicionam os sujeitos sociais.

Com Foucault, aprende-se que a regulação, que o governo, não se faz através de mecanismos grosseiros. Hall (1997) coloca que não se trata de dobrar alguém por coerção, mas através de arranjos de poder discursivo ou simbólico: as ações das pessoas são reguladas normativamente pelos significados culturais. A partir do conhecimento que vamos adquirindo sobre as formas como as coisas normalmente acontecem em nossa cultura, forjamos nossos modos de ser e de fazer, que passam a ser automatizados, uma vez que não questionamos porque somos e agimos de determinadas formas.

A mídia é uma das instâncias sociais que produz cultura, veicula e constrói significados e representações – produz verdades – a respeito dos seres humanos e do mundo. Contudo, importantíssimo frisar, a subjetivação não é produzida pela força, o poder não anula o sujeito: onde há poder, há resistência. Neste sentido, focando a lógica publicitária de existir, Fischer (1999) aponta a disputa pela imposição de sentidos: mesmo submetidos a essa lógica, ela não é fechada, pois nos meios de comunicação

– particularmente na publicidade – estão em jogo diferentes valores, idéias, identidades, conquistas sociais e também “(...) porque nenhum de nós se submete igualmente e com a mesma intensidade a todo e qualquer discurso” (p.25).

Esta posição é muito importante, pois, apesar de se dizer que através da mídia podemos nos encontrar com as diferenças, em minhas análises acabei defrontando-me com o “mesmo”, com representações hegemônicas que parecem constituir-se como regimes de verdade refratários às novas – porque outras – formas de ser (família, criança, homem, mulher, pai, mãe) que estão *acontecendo* na nossa sociedade. Penso que é na tensão entre o apresentado na mídia, os sentidos que se atribui a isso, as experiências de vida e os significados produzidos por outros sistemas culturais, que os modos de ser vão produzindo-se.

Algumas palavras sobre o mesmo e sobre as diferenças

No livro *A arqueologia do saber*, Foucault (2000a), referindo-se criticamente à História do pensamento – que busca as origens, o traçado de uma continuidade evolutiva e teleológica –, diz que é como se

(...) experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico (...). É como se tivéssemos medo de pensar o outro no tempo de nosso próprio pensamento. (p.14)

Na sua concepção, uma História contínua é correlato indispensável à soberania da consciência, à função fundadora do sujeito. Constitui uma promessa de que o sujeito poderá re-apropriar-se de todas as coisas que foram mantidas à distância pela diferença, restaurando seu domínio sobre elas. Faz parte de um mesmo sistema de pensamento empreender a análise histórica a partir da continuidade e tomar a consciência humana como origem de todo devir e de toda a prática. Desta forma, a fim de proteger a soberania do sujeito, diante de ameaças de desestabilização – por Marx, Nietzsche, Psicanálise, Linguística, Etnologia –, foram feitos movimentos no sentido de sobrepor tudo à premissa da continuidade, da totalização.

Compreender tais movimentos e lhes dar visibilidade é bastante importante, pois a insistência na unidade, no estabelecimento de verdades que falem de uma homogeneidade esteve bastante presente nos materiais midiáticos que analisei. Refletindo sobre isto, na seqüência desta seção, abordo algumas questões relativas à família, à criança e à identidade e, ao final, faço alguns comentários sobre formas de pensar as diferenças.

Os escritos sobre família apontam inúmeras transformações pelas quais esta instituição tem passado nas últimas décadas. Dados demográficos são usados para afirmar a

diversidade de composições e, na busca de explicações para as mudanças, se faz referência às alterações nas relações entre homens e mulheres e às mudanças tecnológicas no âmbito da reprodução. Contudo, é raro o questionamento da norma heterossexual implícita nas concepções de família, apesar do crescente número de famílias homossexuais.

Tal desconsideração dessa família “diferente” aparece nos materiais que analisei: o único que aborda a questão da homossexualidade é uma reportagem da revista *Veja* – *Gay pode ser pai adotivo?* – Um tribunal deu a resposta: não, faltaria a referência materna. Os modelos de desenvolvimento e de ações parentais do campo da Psicologia e suas recomendações sobre os processos de identificação deixam claro acreditar que é preciso um pai e uma mãe, um homem e uma mulher. A sentença deste tribunal faz eco a tais saberes, marcando um campo do qual gays estariam legalmente excluídos.

Roudinesco (2003) coloca que pais e mães homossexuais, não conseguindo dissimular para filhos/as as condições biológicas de sua geração, provocaram o debate sobre a questão das origens – sua própria existência apontava a transgressão da ordem procriadora amparada no princípio do *logos* separador e da diferença sexual. Gays e lésbicas passaram a ser alvo de estudos que investigaram suas aptidões psicológicas e a suscetibilidade de seus/as filhos/as para desenvolver problemas psicológicos. Segundo a autora, os estudos pouco esclareceram sobre o fato da ordem familiar não se fundar mais na diferença sexual, mas mostraram que eles/as eram pais e mães tão comuns quanto quaisquer outros/as.

Apesar dos dados demográficos sobre famílias homossexuais serem relevantes, esta questão praticamente não tem visibilidade nos produtos culturais. Personagens homossexuais ganham algum espaço na mídia, mas a relação entre pais e mães homossexuais e crianças/jovens raramente é focada. Foucault (1999, p.96) diz que “(...) o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras”.

Existe uma parentalidade ou uma família homossexual. Por isso, é pertinente dar visibilidade a essa questão, discuti-la não como um assunto relativo às pessoas homossexuais, mas como algo que implica um deslocamento importante nas bases que fundam as concepções modernas de família e as posições de pais e de mães. Questionar noções arraigadas – produzidas principalmente no campo da Psicologia –, como as que concebem pais e mães a partir de determinadas atitudes, tarefas, competências e também proposições que afirmam que existe uma complementaridade necessária entre o que compete e deve ser empreendido por pais e por mães para que filhas/os tenham um desenvolvimento e uma vida saudável.

Marcar que não existe uma forma *natural* de ser. Não

temer a diferença, não buscar apagá-la, adaptá-la até chegar ao “normal”, mas considerá-la enquanto diferença. Seria uma forma de problematizar, de não aceitar um modelo – presente no discurso das instituições, da mídia, da *expertise* da subjetividade – que parece traduzir o modo correto de viver em família.¹ Penso que isso é fundamental, porque tal modelo, que responde a objetivos de governo, é oferecido culturalmente e contribui para posicionar os sujeitos sociais.

Segundo Szymanski (2000), os sujeitos que não conseguem viver de acordo com as formas naturalizadas culturalmente acabam sendo colocados numa posição de incompetência e de inferioridade. Para as camadas populares, as relações entre os membros das famílias parecem não contar por si, mas são interpretadas a partir da proximidade ou afastamento em relação ao modelo de família naturalizado. Assume-se que famílias ‘desestruturadas’ ou ‘incompletas’ constituem focos de onde podem advir problemas psicológicos de toda a ordem.

Qual é a preocupação – arriscaria dizer a principal – daqueles/as que se opõem às famílias homossexuais? As crianças, seu desenvolvimento *normal*. De quem falam as pessoas que colocam a atenção sobre a desestrutura das famílias? Mesma resposta. Segundo Hilleshein (2003), o projeto da Modernidade, traçando *um* lugar para a criança, criou uma espécie de metanarrativa ao conceber uma forma universalizável de ser criança, desconsiderando diferenças como classe, raça, sexo, gênero, religião, entre tantas. De variados modos, diversas instâncias sociais seguem acenando com este ideal, concebendo a criança com ser de direitos, que precisa ser educada e protegida – de uma forma bem específica – para atingir a maioridade como um/a cidadão/ã pleno/a. Contudo, a infância insiste em ser plural. Fala-se em crise ou morte da infância tomando-se como referência uma infância idealizada. Aos olhos de profissionais de diferentes campos – jurídico, psicológico, médico, pedagógico – é preciso intervir em situações que colocam as crianças fora do lugar natural e de direito ao qual ela pertence.

Duas condições da infância contemporânea apontam em um sentido semelhante. As crianças das camadas populares, por não terem uma vida compatível com o esperado – muitas vezes trabalham, têm escolarização irregular, não moram com pai e mãe, se responsabilizam por irmãos/ãs –, passam a ser vistas como em risco. A intervenção estatal junto a elas e suas famílias tem sido uma constante para corrigir os rumos de suas vidas. Por outro lado, penso que a retórica da criança absoluta (Fonseca, 1999a) pode ser compreendida como uma espécie de hipertrofia do projeto moderno da infância. À criança, não só um lugar de igualdade em relação ao adulto, mas de superioridade. Como propõe Castro (1998), a criança já não ocupa tanto o lugar daquele que virá-a-ser após um período de desenvolvimento e aprendizagem. O

imperativo que se coloca é da ordem de sua satisfação presente e – talvez – ilimitada. Ao contrário de uma promessa para o futuro, a criança parece confirmar a presentificação do mundo no instantâneo e na voracidade do gozo, posição que pode ser pensada em relação à cultura do consumo: à criança, são oferecidas infinitas opções para sua satisfação no aqui e agora.

Nestas duas infâncias, o lugar de pais e mães é tomado como fundamental para que se opere a ascensão das crianças ao que elas têm direito: suas ações e cartões de crédito vão permitir que as crianças sejam e tenham o que devem ser e ter, suas omissões vão inviabilizar isso. Assim, se trabalham ou se são consumidoras vorazes é responsabilidade dos pais e das mães. As diferentes forças culturais que posicionam e subjetivam adultos e crianças não são trazidas à tona nas discussões – os saberes acerca das crianças focam as relações familiares como prioritárias para sua constituição. É uma forma de apreendê-las em uma racionalidade que luta para ser hegemônica. Neste movimento, as diferenças são colocadas de lado.

Sobre as crianças, constituem-se muitos saberes – o que são, querem, necessitam; é possível explicá-las, traçar programas de intervenção, acolhê-las em instituições adequadas as suas características e demandas. Contrapondo-se a isso, Larrosa (1998) propõe que a infância é o *outro*, algo que escapa a qualquer tentativa de captura: não é o que já sabemos sobre ela, tampouco é o que ainda não sabemos. A alteridade da infância reside na sua absoluta heterogeneidade, na sua absoluta diferença. “É outro, porque sempre é outra coisa do que aquilo que podemos antecipar, porque sempre está muito além do que sabemos ou do que queremos ou do que esperamos” (p.73). Idéias sobre abertura em relação à alteridade que praticamente não figuram nos produtos midiáticos que analisei.

A prevalência de um modelo de ser – eclipsando as diferenças – também acontece em relação à paternidade/maternidade e à masculinidade/feminilidade. Uma posição identitária se constrói em relação à outra, que passa a ser seu contraponto, que se constitui como diferença. Assim, a posição paterna é produzida tanto na tensão com a posição de filho/a, como em relação à posição materna.

As pesquisas feministas e os estudos de gênero vêm mostrando que não existe uma forma de ser homem, mulher, pai ou mãe, apesar de certas posições identitárias – as identidades hegemônicas – ocuparem um lugar de referência. Contudo é um equívoco pensar em termos de dominação de umas sobre outras. Louro (2000) afirma que as identidades têm caráter relacional, múltiplo, fluido e inconstante. Fruto de variadas articulações (gênero, raça, etnia, geração, sexualidade, classe, etc.), todas as identidades são

(...) constituídas por (e constituintes de) redes de poder. Não há identidade fora do poder, todas o exercitam

e, simultaneamente, todas sofrem sua ação. (...) as identidades se fazem em meio a relações políticas. (p.68)

Por vezes, se escuta e lê que as posições sociais de homens e mulheres estão alcançando certo equilíbrio na contemporaneidade. A participação das mulheres no mercado de trabalho e dos homens no âmbito doméstico é tomada como exemplo desta nova ordem. Depois de tanto ler e escrever a palavra participação, passei a estranhá-la. O dicionário define: ter ou tomar parte em. Por que fico com a impressão que esta parte tem um caráter secundário? Talvez porque a expressão participar seja usada – muitas vezes – como sinônimo de ajudar: a mulher ajuda, com seu trabalho/dinheiro, a compor o orçamento doméstico; o homem ajuda a cuidar das crianças.

Em relação à paternidade, um dos pontos que tem recebido muita ênfase é justamente a participação do pai na vida dos/as filhos/as. Por vezes referida como necessidade, noutras como um desejo, ou se denunciando os malefícios de sua ausência, o envolvimento paterno no cotidiano das crianças está sob holofotes e tem sido estimulado de variadas formas. Por isso é importante problematizar a forma como esta participação tem sido colocada pela mídia. A matéria *Pai é para sempre*, do jornal Zero Hora, coloca, por um lado, que as mulheres conclamaram os homens a colaborar na esfera doméstica e, por outro, que, quando a mãe não quer, o pai não tem chance de ver/ficar com filhos/as após a separação. Conclusão: o espaço doméstico é um espaço de *poder* feminino.

Questiono até que ponto este tipo de afirmação não traz uma espécie de engodo. Ao mesmo tempo em que se ressalta o poder, a mulher segue sendo colocada em referência à *mesma esfera* que já vem ocupando (ela não era a *rainha* do lar?). Só que agora se “descobre” que ali há poder. Entretanto, a valorização social do âmbito doméstico segue sendo menor. Sempre será? Dependerá das lutas sociais e dos deslocamentos dos significados culturais.

As diferenças existem, quer sejam aceitas ou não, independente de serem nomeadas como aceitáveis ou normais por algum tipo de poder. Sua afirmação acontece em lutas concretas. Por isso, Fischer (2001) diz que é necessário pensá-las do ponto de vista político e social uma vez que sua construção acaba envolvendo exclusões e injustiças. A autora coloca que, neste sentido, os meios de comunicação têm responsabilidade quanto aos modos como nomeia os diferentes: aparecem como pessoas que se deve excluir, normalizar ou reconhecer?

Comparando o funcionamento da mídia e do mercado, a autora questiona se a inclusão dos diferentes nos produtos midiáticos não corresponderia à estratégia mercadológica de alterar detalhes em seus produtos para fomentar o consumo: uma diferença sob o pano de fundo da mesma história-produto a ser contada. E pergunta-se: será que, mesmo que seja assim, não haveria alguma conquista em função da visibilidade pública conquistada?

Larrosa & Skliar (2001) usam o mito de Babel para falar da nossa dificuldade em lidar com as diferenças, argumentando que, ele expressa a ruína dos projetos modernos e ilustrados, através dos quais se pretendeu construir um mundo ordenado à imagem e semelhança do homem ocidental, à medida de seu saber, poder e vontade. A atualidade deste mito residiria no modo como ele é traduzido: sua interpretação é feita em termos de culpa, castigo e expiação. Trata-se de uma catástrofe que teria que ser remediada. Por isto, nossa tendência de pensar anti-babelicamente a política, a sociedade, a cultura, a linguagem, a própria condição humana.

Circula hoje um certo antibabelismo, um pensamento – ou um pressuposto não examinado de muitos pensamentos, quase um tópico de senso comum –, segundo o qual Babel é o sintoma de alguma de nossas enfermidades. Por isso, teríamos que compor e recompor uma e outra vez a pluralidade humana, teríamos que aceitar e celebrar as diferenças, porém, isso sim, representando-as, desativando-as, ordenando-as, fazendo-as produtivas, convertendo-as em problemas bem definidos ou em mercadorias bem rentáveis; teríamos de produzir e canalizar os fluxos e os intercâmbios, porém, isso sim, de forma ordenada, vigiada e produtiva: teríamos que convocar toda a alteridade possível, de permitir-se todas as comunicações, porém, isso sim, silenciando, dosando, ressignificando e harmonizando as vozes dissonantes, governando os silêncios dilaceradores e regularizando e rentabilizando os deslocamentos (Larrosa & Skliar, 2001, p.10).

Busca-se a diversidade bem ordenada e bem comunicada; deve-se identificar e administrar as diferenças para que se possa integrar todos em um mundo plural e inofensivo; o objetivo é governar as fronteiras e as transposições de fronteira entre o mesmo e o outro. Para Larrosa & Skliar (2001), a traduzibilidade generalizada é a forma adotada pelo sujeito da compreensão para mediar qualquer diferença (entre línguas, indivíduos, culturas), para converter o passado em presente, o distante em próximo, o estranho em familiar. Tal sujeito é um tradutor etnocêntrico, pois compreende tudo a partir de sua cultura, sensibilidade, inteligência, grandeza: ele não nega a diferença, mas apropria-se da diferença e a traduz a partir de seus próprios referenciais.

Campo Psi: questionar e pensar que uma outra Psicologia é possível

Penso que a Psicologia opera, muitas vezes, a partir do que Larrosa & Skliar (2001) chamam de traduzibilidade generalizada: buscam assimilar toda a diferença ao modelo de ser humano que construíram. Na sua versão hegemônica, a Psicologia configura-se como uma ciência moderna: (almeja ser) um empreendimento alicerçado na razão e no método, que busca explicações sobre a

realidade psíquica, procurando estabelecer conceitos universais e relações causais que viabilizem a previsão da forma de ocorrência dos eventos futuros; suas descobertas possibilitariam o conhecimento da verdade sobre todos os aspectos da vida dos seres humanos, contribuindo para sua evolução e para o progresso social. Alicerçada na noção de ciência como uma linha progressiva em direção a descrições cada vez mais precisas e objetivas de uma dada realidade, a Psicologia, com seu modelo de indivíduo psicológico, tem tentado unificar a conduta em torno de um único modo de subjetividade apropriada (Rose, 2001).

Contudo, é preciso considerar que a ciência e suas práticas são forças que constituem realidades humanas, logo, não existem verdades a serem reveladas, essências latentes a serem descobertas e usadas universalmente como referências. Toda ciência é uma criação de um tempo, um dispositivo de poder-saber que, articulado a outros dispositivos, institui e regula práticas sociais. Neste sentido, é preciso desnaturalizar a ciência, seus métodos e conhecimentos. Fonseca (1999b) afirma que é preciso mostrar que a racionalidade científica está a serviço do ordenamento e da significação do mundo e de seus sujeitos, e que isso não está desligado das redes de poderes que produzem – e são produzidas – nos jogos de múltiplos interesses.

Os regimes de verdade construídos no campo da Psicologia estão a serviço do governo (Foucault, 2000b). Os saberes psicológicos, seus sistemas conceituais e linguagens de análise e explicação fornecem os meios para que a subjetividade humana passe a fazer parte dos cálculos das autoridades. Como diz Rose (1998, p.38), educar, curar, reformar e punir constituem velhos imperativos:

(...) os novos vocabulários fornecidos pelas ciências da psique possibilitaram que as aspirações do governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana que estivesse baseada em seu conhecimento.

Por isso, uma Psicologia calculadora e que visa sedimentar um único modelo de subjetividade, anulando ou assimilando as diferenças, é tão importante: o governo das populações depende de dados estatísticos que viabilizem a produção de estratégias regulatórias. Como diz Foucault (1995, p.248), pode-se “(...) falar de estratégia própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros”. Como o governo da subjetividade exige que se aja, de forma indireta sobre as escolhas, desejos e condutas das pessoas, é necessário fomentar, produzir culturalmente estes modos de ser. A Psicologia tem se prestado a realizar tal tarefa. O fato de existirem várias Psicologias – com modelos explicatórios assentados em bases filosóficas diversas – não desqualifica sua potência regulatória. Como assinala Rose (1998), tal

heterogeneidade possibilita uma contínua inventividade conceitual e aplicabilidade generalizada, permitindo que ela opere com uma diversidade de contextos e de estratégias para o governo da subjetividade.

Os conhecimentos produzidos no campo da Psicologia são, assim, maleáveis e utilizáveis nos mais variados contextos; eles têm sido vulgarizados e reprocessados por diferentes instâncias sociais. A mídia serve-se dos saberes psicológicos para compor seus produtos, tornando-se uma instância de produção de sujeitos que se pensam a partir de um eu individual e livre, mas que, ironicamente, são moldados em detalhe por este próprio regime de verdade.

Recentemente, com as críticas às práticas científicas empreendidas a partir das perspectivas pós-estruturalistas e pós-modernas, os conhecimentos e práticas da Psicologia começaram a ser questionados. Segundo Fonseca (1999b), em sua curta existência como ciência e profissão, a Psicologia tem sido identificada como congruente às tradições autoritárias, contribuindo para proceder às necessárias exclusões para sua permanência.

Talvez o fracasso da psicologia consista em ter-se esquecido que sua palavra é uma palavra libertadora. Ela se trai a si mesma quando se prostitui com os imperativos da sociedade e das instituições que só a prestigiam na medida em que ela se presta a um trabalho de sempre mais adaptar, integrar o homem à sociedade ou colaborar para a solução de alguns de seus conflitos; melhor, reduzi-los (Japiassu, 1994, p.150).

Para pensar que uma outra Psicologia é possível, vou tomar a noção de liberdade da perspectiva foucaultiana em suas articulações com o papel político do intelectual. Para Foucault (2000c), o intelectual não deve colocar-se fora dos jogos de poder, pretendendo dizer a muda verdade de todos, mas lutar contra as formas de poder ali mesmo – na ordem do saber, da verdade, do discurso – onde ele é o objeto e o instrumento. Neste sentido, cabe-lhe saber se é possível construir uma nova política de verdade. Não mudar a consciência das pessoas nem visar libertar a verdade de todo sistema de poder – o que é impossível, uma vez que saber e poder são indissociáveis – mas "(...) desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento" (p.14).

Foucault não fala de uma liberdade abstrata, que seria própria do humano e conquistável por alguma (grande) revolução, mas propõe uma liberdade concreta, cotidiana, realizável em micro revoluções diárias, quando se pensa e critica nosso mundo, construindo uma possibilidade de não ser, fazer, pensar mais o que se é, faz e pensa. Liberdade como capacidade de mudar as práticas em que somos constituídos (nos constituímos) como sujeitos (Veiga-Neto, 2003). Fazer uma outra Psicologia implicaria, em vez de propor nova rede conceitual, problematizar suas

práticas, inclusive a que nós próprios/as produzimos.

Como assinala Warde (1999), nenhuma disciplina constitui-se de uma vez para sempre ou mantém intocadas referências, problemas e orientações. No percurso de uma disciplina, é produtivo atentar para as relações (de lutas, aliança, etc.) que se travam com as disciplinas associadas e contemporâneas.

Uma pergunta que me ocorre é quem, que disciplinas, estão fazendo "Psicologia" na contemporaneidade? Após ser confrontado com seu próprio trabalho inúmeras vezes, Foucault (1995, p.231) explicitou o objetivo de seus esforços de vinte anos: "(...) criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos". Onde recairia a ênfase, na história ou nos modos de subjetivação? Foucault, que se formou em Psicologia, uma informação quase nunca referida a seu respeito, fez o que? História, Filosofia, Psicologia? Deixando a noção hegemônica de Psicologia (adaptação, papéis, normalização, etc.) e pensando que fazer Psicologia pode ser buscar os modos de subjetivação contemporâneos, muitos campos estão fazendo Psicologia: Educação, Antropologia, Estudos Feministas, História, Comunicação, Linguística, entre outros.

Passos (2002) utiliza as noções de interseção e intercessão para pensar a diferença entre trabalhar de uma forma interdisciplinar e transdisciplinar: no primeiro caso, a relação é de conjugação de domínios para a constituição de outro que se espera estável e que adquire objeto e feições próprias (preservando-se as características dos domínios iniciais); no segundo, a relação é de interferência, de intervenção através de atravessamento de um domínio sobre o outro, cujo encontro desestabiliza os limites disciplinares, faz diferir. Assim, a relação de intercessão é uma relação de perturbação, e não de troca de conteúdos.

Neste sentido, outras Psicologias estão sendo feitas no Brasil: estudos, intervenções, pesquisas, debates, movimentos que, algumas vezes, se complementam e, noutras, são iniciativas que acontecem em "campos não Psi", mas que são, no sentido que estou adotando aqui, Psicologia. Não há uma necessária *continuidade* entre tais empreendimentos. Penso que isso não é o mais importante. Lembrando Larrosa & Skliar (2001), a traduzibilidade generalizada é uma ação anti-babélica. Creio que as/os profissionais do campo da Psicologia acostumaram-se muito a esta estratégia e fagocitam tudo o que é diferente, buscando digerir e devolver com um formato compatível com seus referências. Mais produtivo, em vez de buscar uma traduzibilidade, seria pensar que cada uma delas constitui um campo de lutas e, se alguma articulação deve ser realizada, é no sentido de compartilhar as lições que cada uma delas aprendeu nas lutas no percurso de sua produção.

Notas

1. As análises que empreendi mostraram, por exemplo, que a primazia de um modelo familiar – aquele em que pai, mãe e seus/as filhos/as vivem juntos – se constrói nos produtos da mídia a partir de sua naturalização (numa cena de novela, uma menina, que vive com sua mãe, chora e diz: “*todo mundo tem uma família, menos eu*”), de omissões (como das famílias homossexuais – só um artigo, dentre tantos materiais, traz esta configuração), mas, principalmente, da caracterização das famílias que não seguem tal modelo como mergulhadas em dificuldades/problemas. Para maiores detalhes, ver Hennigen (2004).

Referências

- Castro, L.R. (1998). A infância como alegoria. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 50(3), 5-13.
- Fischer, R.M.B. (1996). *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, RS.
- Fischer, R.M.B. (1999). Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. Em L.H. Silva (Ed.), *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* (pp.18-32). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fischer, R.M.B. (2001). *Televisão & educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Fonseca, C.O. (1999a). Abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. Em E.L. Sousa (Ed.), *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil* (pp. 255-275). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Fonseca, T.G. (1999b). Invenção de novos mundos ... Como será a Psicologia no final do milênio? *Educação, Subjetividade e Poder*, 6(6), 57-62.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em P. Rabinow & H. Dreyfus (Eds.), *Michael Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2000a). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2000b). A governamentalidade. Em M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp.277-293). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2000c). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Hall, S.A. (1997). Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2), 15-46.
- Hennigen, I. (2004). *A paternidade na mídia contemporânea: discursos e modos de subjetivação*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Hillesheim, B. (2003). Reflexões sobre a(s) infância(s) e a contemporaneidade. Em P. Guareschi; A. Pizzinato; L.L. Krüger & M.M.K. Macedo (2003). *Psicologia em questão: reflexões sobre a contemporaneidade* (pp.69-79). Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Japiassu, H. (1994). *Introdução às ciências humanas*. São Paulo: Letras & Letras.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC.
- Larrosa, J. (1998). O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. Em J. Larrosa & N.P. Lara (Eds.), *Imagens do Outro* (pp. 229-246). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Larrosa, J. & Skliar, C. (2001). Babilônicos somos: a modo de apresentação. Em J. Larrosa & C. Skliar (Eds.), *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença* (pp.7-30). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G.L. (2000). Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, 25(2). 59-75.
- Passos, E. (2002, março). *Por uma clínica do social: relações entre a esfera pública e a esfera privada na psicologia*. Trabalho apresentado no Curso de Extensão ministrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre (Material não-publicado).
- Rose, N. (1998). Governando a alma: a formação do eu privado. Em T.T. Silva (Ed.), *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu* (pp.30-45). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do eu? *Educação & Realidade*, 26(jun/jul), 33-57.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Szymansky, H. (2000). Teorias e “teorias” da família. Em M.C.B. Carvalho (2000). *A família contemporânea em debate* (pp.23-27). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Veiga-Neto, A. (2003). *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Warde, M.J. (1999). Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. Em M.C. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp.289-310). São Paulo: Cortez.

Inês Hennigen é Doutora em Psicologia pela PUCRS. O endereço para correspondência com a autora é Creche da UFRGS, Rua São Manoel, s/n. CEP 90620-110. ihennigen@cpovo.net

Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia

Inês Hennigen
 Recebido: 26/05/2005
 1ª revisão: 05/09/2005
 2ª revisão: 13/03/2006
 Aceite final: 15/03/2006